

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Carlos Eduardo Ramos E Silva

Argélia entre a cidadania e a independência:

**Estudos sobre a construção de identidade nacional argelina
no período de 1946 até 1953 em luz da existência da Lei Lamine
Guèye.**

Rio de Janeiro

2021

Carlos Eduardo Ramos e Silva

**Argélia entre a cidadania e a independência:
Estudos sobre a construção de identidade nacional argelina
no período de 1946 até 1953 em luz da existência da Lei Lamine
Guèye.**

Trabalho de conclusão de curso para obter diploma de licenciatura em
história pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, sob
orientação do professor Maurício Barreto Alvarez Parada

Rio de Janeiro
2021

RESUMO

A questão central do trabalho é identificar o que levou a Guerra de independência da Argélia, considerando que durante esse período específico existia uma lei que possuía o propósito de garantir direitos de cidadão para os habitantes do território ultramarino francês. A Lei em si parece ter sido construída como uma forma de barganha entre uma França enfraquecida e que sem o apoio de suas colônias não seria capaz de expulsar os nazistas e aliados que tomaram o controle do governo da metrópole e povos cada vez mais agressivos ao domínio vindo dos europeus. A pesquisa será feita por meio de análises de textos voltados para o entendimento do contexto em que essa legislação foi criada e de maneira ainda mais relevante escritos que me permitam identificar os princípios de uma emergente identidade nacional que possa ser interpretada como uma possível origem para o conflito pela independência da Argélia, que de acordo com determinados autores não era um objetivo que era totalmente compartilhado por todos os membros da população.

Palavra-chaves:

Constituições e leis; Argélia e França; identidade nacional

Sumário

1. Introdução.....	5
2. Contexto e a lei.....	6
2.1 As Origens do Neocolonialismo.....	6
2.2 Império Colonial Francês.....	8
2.3 Momento anterior a criação da Lei.....	10
2.4 Massacre de Sétif 1945.....	13
2.5 A criação da Lei.....	15
2.6 Momentos posteriores a criação da Lei.....	16
3 Formação da identidade nacional da Argélia.....	16
3.1 Identificando o processo de construção de uma comunidade imaginada.....	16
3.2 Processos de tentativa de assimilação da elite argelina.....	18
3.3 Criação do movimento nacionalista argelino.....	20
4 A colonização e a desestabilização da Argélia	23
4.1 Sartre e a colonização.....	23
4.2 Fanon e a visão psicológica do colonialismo.....	27
4.3 Bourdieu e a desconstrução do colonialismo.....	30
5 Considerações Finais.....	33
6 Conclusão.....	34
7 Referências Bibliográficas.....	35

1 INTRODUÇÃO

O trabalho se baseia em correlacionar as modificações sociais sofridas durante o período pós-segunda guerra no território francês e outros fatores que contribuíram para o procedimento da busca por independência da Argélia, não considerando apenas a revolta que foi cultivada nos argelinos, como resposta, mas também, a punição francesa aplicada aumentou muito o desejo anticolonial em alguns membros da população.

Para realizar esse trabalho foi delimitado o período entre os anos de 1946 e 1953. Esses anos, de forma singular, servem para delimitar um momento que é relevante para a pesquisa desenvolvida, posterior à instalação de um regime mais estável na França, com uma nova constituição, e anterior ao momento do avanço do conflito até o ponto que o confronto armado se estende até uma guerra.

A análise sobre a condição de vida entre os argelinos de diferentes classes sociais se torna essencial a compreensão mais ampla do objeto e uma das fontes utilizadas foi a lei Lamine Guéye em que passa a ser estendido o direito à cidadania completa aos nascidos na Argélia e não apenas àqueles que eram filhos de europeus que habitavam ou haviam nascido ali

A hipótese desse trabalho é analisar se a lei foi construída para se tornar um instrumento de possível negociação entre a metrópole e as colônias, em que ela era a resposta da promessa realizada pelos líderes da resistência às lideranças ultramarinas assim que os colaboracionistas fossem derrotados e para além disso tentar compreender quais foram as forças políticas que demandaram isso e alguns anos depois foram para a guerra.

Esta pesquisa encontra relevância uma vez que busca compreender uma História mais global que seja capaz de permitir uma visão mais ampla das relações dos países. Lidar com um problema que a historiografia mais clássica possui em relação à África, que o continente parece não possuir nuance. Todos os movimentos podem ser aglomerados nos olhos da visão eurocêntrica do mundo

2 Contexto e a Lei

2.1 As Origens do Neocolonialismo

Na história da África jamais se sucederam tantas e tão rápidas mudanças como durante o período entre 1880 e 1935. Na verdade, as mudanças mais importantes, mais espetaculares – e também mais trágicas – , ocorreram num lapso de tempo bem mais curto, de 1880 a 1910, marcado pela conquista e ocupação de quase todo o continente africano pelas potências imperialistas e, depois, pela instauração do sistema colonial.¹

Algumas partes do mundo, durante o século XIX, passaram por um intenso avanço tecnológico, que se espalhou por países como França, Bélgica, Holanda, Alemanha, etc. Este processo ficou conhecido como Segunda Revolução Industrial e provocou uma grande transformação nas relações econômicas, sociais e políticas globais. Melhor exemplificado na seguinte passagem:

Para esses países, a transição do capitalismo concorrencial para o monopolista e a emergência de uma nova Revolução Industrial na segunda metade do século XIX constituíram os dois principais elementos estruturadores do processo de industrialização retardatária.²

Esses fatores criaram uma nova disputa entre as potências europeias, que buscavam mão de obra e matéria prima para suprir essas novas demandas e a conquista de novos mercados para poder vender seus produtos.

O neocolonialismo acaba surgindo, como consequência das elites europeias que se enfrentam pelo direito de explorar territórios do continente africano e asiático. Nesse processo, houve uma ocupação com moldes que se assemelhavam ao imperialismo anteriormente praticado nas Américas, como a ocupação e o desmantelamento de culturas e tradições locais. Como Uzogwie³ afirma em seu texto

¹ BOAHEN, A. Adu (Coord.). **História geral da África**. São Paulo: Ed. Ática/ UNESCO, 1991. Volume 7 – A África sob dominação colonial, 1880-1935. Pág. 1

² POCHMANN, Marcio. **Capitalismo e desenvolvimento**. In: **Brasil sem industrialização: a herança renunciada** [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016, pp. 16-64. <<http://books.scielo.org/id/yjzmqz/pdf/pochmann-9788577982165-02.pdf>>

³ UZOIGWE Godfrey N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral In: BOAHEN, A. Adu (Coord.). **História geral da África**. São Paulo: Ed. Ática/ UNESCO, 1991. Volume 7 – A África sob dominação colonial, 1880-1935. P.21-50

Os países europeus já tinham demonstrado interesse pelo que poderia ser explorado na África, porém um dos momentos essenciais para a criação e manutenção do neocolonialismo foi a Conferência de Berlim também conhecida como a Conferência do Congo, que de acordo com vários acadêmicos constitui um marco fundamental no direito internacional contemporâneo⁴.

A ideia de uma reunião entre as potências veio de Portugal, porém a Conferência viria ser organizada pelo alemão Otto Von Bismarck que procurou criar uma resposta à tensão crescente entre os diferentes impérios, principalmente após avanços feitos por Leopoldo II na região do Congo. O ponto inicial dessa reunião não era a divisão da África, porém acabou ocorrendo⁵.

A Conferência acabou gerando uma série de acordos que acabaram possibilitando a capacidade de reger o processo de ocupação e colonização que as potências europeias deveriam seguir no processo de dominação do continente africano: tais como a livre navegação e comércio nos rios Níger e Congo, o reconhecimento que a Bélgica era a potência responsável pelo Congo, etc.

O mais relevante desses acordos foi a criação do princípio legal da Ocupação Efetiva que foi apoiada pela França e disputada pelos Alemães, em que houve o afastamento definitivo dos denominados direitos históricos. O novo entendimento procurava exigir de qualquer Estado a comprovação da posse do território que ele clamava estar sobre sua soberania.

Esta posse podia ser comprovada, entre outras formas, por um tratado assinado com a população local e o exercício de atos efetivos de administração, ou pelo estabelecimento de uma ocupação militar que demonstrasse assecuração da posse, ou pela aquisição de direitos de exploração econômica permanente.

⁴ CRAVEN, Matthew (2015), "Between Law and History: The Berlin Conference of 1884-1885 and the Logic of Free Trade", *London Review of International Law*, 3(1), 31-59. DOI: 10.1093/lrii/lrv002.

⁵ UZOIGWE, Godfrey N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral In: BOAHEN, A. Adu (Coord.). **História geral da África**. São Paulo: Ed. Ática/ UNESCO, 1991. Volume 7 – A África sob dominação colonial, 1880-1935. P.21-50

O procedimento para controlar os territórios africanos através da assinatura de tratados de protetorados, que pretendia dar tranquilidade ao processo de ocupação entre os colonizados, provocou uma corrida às aldeias para “chegar primeiro” e “vender proteção e exclusividade de comércio” aos reis locais, e assim, “comprovar” no âmbito internacional europeu a extensão do seu domínio. Isso provocou muitas vezes conflitos entre os colonizadores. Na África oriental entre alemães e ingleses, e na ocidental entre franceses e ingleses.⁶

O objetivo era, em qualquer caso, assegurar que os Estados reclamassem direitos sobre territórios onde não tinham qualquer tipo de presença. Apesar da insistência britânica para que este princípio tornasse efetivo por todo o continente, a reação negativa de todas as outras potências impedem inicialmente essa expansão, ficando na declaração final de Berlim restrita às regiões costeiras. Daí o imperativo de alargamento da ocupação efetiva ao interior do continente através da definição de esferas de influência

2.2 Império Colonial Francês

O continente africano foi fragmentado entre áreas de influência e essa divisão gerou modificações na dinâmica entre as potências europeias. Inglaterra e França conseguiram ressurgir como as potências capitalistas daquele momento enquanto os poderes ibéricos (Espanha e Portugal) vieram a se tornar participantes secundários na escala global. A França se consolidou primeiramente através da conquista da Argélia em 1830.

Conflito que se iniciou em 1827 após um período de comercialização entre a França e a região de Argel que era dominada pelos Otomanos, a potência europeia se utilizou de um desentendimento que ocorreu entre seu cônsul e o governo local. Os exércitos franceses rapidamente derrotaram os soldados do império que tinha ocupado a região anteriormente e isso acabou gerando uma grande resistência no interior do país

O movimento de resistência no interior do país é encabeçado pelo emir Abd El Kader, que foi capaz de manter a independência local até 1847 quando foi capturado pelos franceses e se torna uma figura de inspiração para que o povo argelino resista a colonização.

⁶ LAMY, Phillippe **A Ocupação Colonial da África. Colonial da África. Da Conferência de Berlim à Primeira Guerra Mundial primeira Guerra Mundial.** P.19

A chegada do ano de 1848 traz a reorganização do território argelino em três departamentos, além disso também marca o processo de expropriação das terras dos nativos para distribuí-las aos colonos. Como foi explicado no seguinte trecho: “Em 1848, os territórios argelinos foram reorganizados em três departamentos. A França distribuiu entre os colonos enviados para Argélia terras expropriadas da população local...”⁷.

A conquista da Argélia é acompanhada por uma ocupação do território: os soldados franceses que lutaram na invasão se tornaram os primeiros colonos. Eles logo seriam seguidos por camponeses pobres e logo após por pessoas que tinham nascido e sido criadas em outras partes da França, como os corsos e habitantes que viveram originalmente na Alsácia-Lorena, que passaria para Alemanha em 1870. Acompanhados por outros colonos europeus que não eram franceses, mas geralmente eram originários próximo do mediterrâneo.

Os franceses e outros colonos europeus, decidem se estabelecer no norte da Argélia para tentar explorar as terras férteis que lá se encontravam e plantar alguns produtos que eles poderiam posteriormente exportar para a Europa e lucrar. Os colonizadores acabam deslocando a população nativa de argelinos desses locais e acabaram criando concentrações de terra que acabam ressaltando o desinteresse e animosidade entre os *indigènes*⁸ e os *pied-noir*⁹.

Além de promover a dominação política e econômica, entendiam que o papel dos colonizadores era o de realizar a chamada missão civilizatória. Para atingir os seus objetivos sociais, os franceses queriam alinhar essas sociedades com a imagem e os valores da sociedade francesa, como nota Dan Smith.¹⁰

Essa é a nota que ecoa o espírito civilizatório da Revolução Francesa e de Napoleão, ainda que em outros momentos históricos. Além disso, a obra de Darwin foi

⁷ SAMPAIO, Thiago Henrique. Argélia e a questão colonial: interpretações sobre o colonialismo. CLIO: Revista de Pesquisa Histórica - CLIO (Recife. Online), ISSN: 2525-5649, n. 37, p. 132-154, Jan-Jun, 2019 < <http://dx.doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2019.37.1.02> > . p.133

⁸ Termo em francês utilizado para se referir aos povos originários das suas colônias

⁹ O nome dado aos colonos que vieram a ocupar a Argélia

¹⁰ SMITH Dan: **O Atlas do Oriente médio**. Editoria Publifolha. São Paulo, 2008 2 ed

reinterpretada e gerou uma justificativa científica aos partidários do colonialismo¹¹. A conquista do que eles chamavam de raças não evoluídas, era parte de um processo natural.

Essa justificativa seria refletida através da arte e da comunicação produzida pelas pessoas da época, seja nas pinturas, literaturas e posteriormente no cinema. Representando como essa justificativa cultural de salvar os selvagens de sua cultura selvagem.

O regime colonial francês tem como objetivo enfraquecer a cultura muçulmana da Argélia, com uma série de medidas para prejudicar os praticantes dessa fé. Pela norma francesa, o direito de realizar reuniões públicas e portar armas de fogo, ou até mesmo sair de suas casas quando fosse conveniente somente eram garantidos aos colonos europeus.

Algumas das medidas tomadas, foram o confisco da terra de fundos de caridade Islâmica (habus) por parte do governo. Muitas das redes tradicionais formadas para o estudo do Alcorão eram vistas com desconfiança, possíveis centros de estudo para estabelecer novas rebeliões, elas eventualmente entraram em colapso e como consequência a taxa de alfabetização acabou caindo.

A busca pela capacidade de participação política é algo que estava nos interesses da elite local da Argélia desde o início da colonização, tanto que em 1898 foi garantido uma determinada autonomia administrativa e financeira com a criação de uma assembleia local que era eleita pelos colonos e os locais. A participação nessa assembleia era limitada somente para aqueles que possuíam cidadania francesa.

2.3 Momento anterior a criação da Lei

Politicamente, a década de 1930 representa uma dominação dos colonizadores que viviam na Argélia, esses tinham acesso aos representantes políticos na Assembleia Nacional Francesa e ao mesmo tempo ignoravam os interesses da população árabe que vivia no país.

¹¹ UZOIGWE Godfrey N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral In: BOAHEN, A. Adu (Coord.). **História geral da África**. São Paulo: Ed. Ática/ UNESCO, 1991. Volume 7 – A África sob dominação colonial, 1880-1935. P.21-50

A década também representa um início da formação dos movimentos nacionalistas no país, movimentos que posteriormente seriam essenciais para o processo da guerra de libertação. Dentro dessas lideranças políticas, o Partido Comunista Argelino teve um papel essencial para a formação dos movimentos nacionalistas da Argélia, ele seguia as diretrizes proposta pelo Partido Comunista Frances até que foi banido em 1939.

O Congresso Muçulmano acontece em 1936 e fazem demandas para os líderes políticos franceses, por meio de uma carta, essas demandas exigiam igualdade administrativa entre muçulmanos e outros grupos religiosos, fazendo com que pessoas não tivessem que se converter para garantir o direito ao voto. Como podemos notar no trecho a seguir:

Em 1936, aconteceu o Congresso Muçulmano que reivindicou através de uma carta melhorias sociais, respeito ao estatuto pessoal muçulmano e igualdade nas questões administrativas. Léon Blun, então presidente da França, respondeu parcialmente as demandas reivindicadas pelos argelinos, elaborou uma lei que concedia o direito de voto a membros da elite muçulmano sem a necessidade de abandonar os direitos religiosos.¹²

Em 1937, houve o surgimento de duas organizações políticas que representavam visões opostas sobre a questão de autodeterminação argelina, a Federação dos Muçulmanos Eleitos (FME) e o Partido do Povo Argelino (PPA). Essa dicotomia pode ser entendida através do seguinte trecho:

Posteriormente, em 1937, foi criado o Partido do Povo Argelino (PPA) que defendia a imediata independência da Argélia. Nessa época foi organizado a Federação dos Muçulmanos Eleitos (FME), diferente do PPA, reivindicou a incorporação dos processos políticos para os argelinos conseguirem os mesmos direitos dos colonos, sem pedir a independência do país¹³

Ferhat Abbas que era uma das principais lideranças nacionalistas, em 1941, escreveu para o líder da França de Vichy, Marechal Pétain, em uma carta que apresentou propostas para assimilação do povo argelino na máquina política francesa, através de uma confederação com a França. Posteriormente em 1943 ele cria O Manifesto do Povo Argelino, título inspirado pelo nome do partido político que ele era membro, o

¹² SAMPAIO, Thiago Henrique. Argélia e a questão colonial: interpretações sobre o colonialismo. CLIO: Revista de Pesquisa Histórica - CLIO (Recife. Online), ISSN: 2525-5649, n. 37, p. 132-154, Jan-Jun, 2019 < <http://dx.doi.org/10.22264/cliio.issn2525-5649.2019.37.1.02> >. p.134

¹³ SAMPAIO, Thiago Henrique. Argélia e a questão colonial: interpretações sobre o colonialismo. CLIO: Revista de Pesquisa Histórica - CLIO (Recife. Online), ISSN: 2525-5649, n. 37, p. 132-154, Jan-Jun, 2019 < <http://dx.doi.org/10.22264/cliio.issn2525-5649.2019.37.1.02> >. p.135

texto escrito por ele condena a colonização francesa e afirma seu apoio a busca por autodeterminação da Argélia.

A ação política durante esse período da guerra foi extremamente complicado para esses diferentes movimentos nacionalistas, portanto tanto o PPA quanto AML¹⁴ resolveram se aliar. Essa aliança foi a primeira do seu tipo a ocorrer entre diferentes movimentos políticos com o intuito de lutar pela independência,

O general de Gaulle se reuniu diretamente com os líderes políticos dos povos colonizados no que ficou conhecido como a Conferência de Brazzaville, realizada em 1944, em que é afirmado que em troca do apoio das forças militares desses locais ocorreria a extinção da diferença entre o status entre o indígena e o cidadão francês, parte de uma política interna de assimilação dos territórios ultramar por parte do império colonial francês. Como podemos notar no seguinte trecho:

La conférence de Brazzaville est aussi le point d'aboutissement de la volonté réformatrice exprimée par les cadres coloniaux de la France libre. Dans son discours d'avril 1941 devant la Royal African Society de Londres, le général de Gaulle avait évoqué les 'transformations nécessaires' qui devaient ouvrir à 'l'Afrique le chemin d'un grand avenir' et lui permettre de 'choisir noblement, libéralement la route des temps nouveaux'.¹⁵

Apesar da política de estender direitos civis para membros das comunidades colonizadas, o próprio de Gaulle reafirmou que essa medida não representaria uma possibilidade de autodeterminação pelas colônias e qualquer afirmação do contrário seria combatida com vigor.

Mesmo com essa afirmação, muitos soldados argelinos que lutaram na Segunda Guerra Mundial entenderam que a derrota das forças do eixo se tornaria um passo essencial para a quebra da colonização francesa na região e foram importantes para libertação francesa

A Conferência representou uma melhoria nos status e nos direitos civis que eram permitidos para os colonizados, e tudo foi alcançado por meios legalistas. Representando uma oportunidade que não foi fornecida às 13 colônias que iriam

¹⁴ Associação dos Amigos do Manifesto e da Liberdade

¹⁵ MURACCIOLE, Jean-François La conférence de Brazzaville et la décolonisation : le mythe et la réalité, Espoir n°152, juin 2017. Disponível em:< <https://www.charles-de-gaulle.org/wp-content/uploads/2017/10/La-conference-de-Brazzaville-et-la-decolonisation.pdf> >

formar os EUA, a possibilidade de permanecer como membro de um Império e, mais importante ainda, poder tomar parte nas decisões políticas do dito Império

2.4 Massacre de Sétif 1945

Enquanto os diferentes combatentes assinavam o armistício para trazer o fim à 2ª Guerra Mundial, em 8 de maio de 1945. Uma manifestação convocada pelo Partido do Povo Argelino (PPA) com a intenção de lembrar aqueles que tenham morrido durante a Guerra, por meio do depósito de flores aos pés de monumentos construídos para as vítimas.

Havia bandeiras francesas hasteadas, mas em alguns lugares, especialmente no Norte de Constantina, bandeiras verdes e brancas fixadas com uma lua crescente e uma estrela vermelha e cartazes que criticavam o domínio colonial francês, foram vistos ao invés do símbolo nacional da metrópole.

Estava proibido aos manifestantes portar armas ou qualquer ação que desse a entender apoio à independência da Argélia. Quando a marcha com cerca de 8.000 pessoas atinge um bairro de maioria de colonos franceses, um jovem de 20 anos agita uma bandeira da Argélia e é assassinado ao se negar a parar.¹⁶

Após a morte desse jovem, grupos de colonos armados decidem atirar contra os manifestantes, esses colonos civis seriam seguidos propriamente por tropas do exército e da Legião Estrangeira. Mesmo estando desarmados, os argelinos conseguem matar 27 colonos franceses, apesar de que os colonos massacraram centenas de argelinos.

Como podemos notar no trecho descrito: “As promessas não cumpridas pela França e a repressão gerou descontentamento entre a população local, fazendo com que os colonizados atacassem centros de colonização[...]”¹⁷

A notícia rapidamente se espalha por toda a cidade de Sétif, onde a população majoritariamente camponesa rebela-se. Este é o início de um enorme movimento

¹⁶ VÉTILLARD, Roger, **Setif. Mai 1945. Massacres em Algérie**, éd. de Paris, 2008

¹⁷ SAMPAIO, Thiago Henrique Argélia e a questão colonial: interpretações sobre o colonialismo. CLIO: Revista de Pesquisa Histórica - CLIO (Recife. Online), ISSN: 2525-5649, n. 37, p. 132-154, Jan-Jun, 2019 < <http://dx.doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2019.37.1.02> > p.135

popular de revolta que se espalha por dezenas de povoados do departamento de Constantinois.

Guelma, situada a cento e cinquenta quilômetros de Sétif, também tinham leis proibindo manifestações a favor da identidade argelina durante a assinatura do armistício, porém cerca de duas mil pessoas demonstraram suas bandeiras com a lua crescente, eles eram ativistas nacionalistas do Partido Popular da Argélia (PPA), que pediam a libertação imediata de seu líder, Messali Hadj.

A resposta armada de uma milícia formada por colonos europeus fez surgir o início da confusão. Constantinois toda foi tomada por protestos e outras demonstrações. Na maioria dos locais, as manifestações têm represálias violentas.¹⁸

O exército, no dia seguinte, foi utilizado para suprir as revoltas e manifestações que ocorreram em todo o departamento. Os participantes se veem obrigados a escapar para as montanhas da Argélia e acabam tendo que sofrer um bombardeamento de dezoito aviões. Milícias de colonos e forças oficiais passam as próximas seis semanas perseguindo outras pessoas que participaram dos protestos.

2.5 A criação da Lei

Loi 46-940 du 7 mai 1946 tendant à proclamer citoyens tous les ressortissants des territoires d'outre-mer.

L'Assemblée nationale constituante a adopté,

Le président du Gouvernement provisoire de la République promulgue la loi dont la teneur suit :

Article unique. - A partir du 1er juin 1946, tous les ressortissants des territoires d'outre-mer (Algérie comprise) ont la qualité de citoyen, au même titre que les nationaux français de la métropole et des territoires d'outre-mer. Des lois particulières établiront les conditions dans lesquelles ils exerceront leurs droits de citoyens.

La présente loi, délibérée et adoptée par l'Assemblée nationale constituante, sera exécutée comme loi de l'Etat.

Fait à Paris, le 7 mai 1946

FELIX GOUIN

Par le Président du Gouvernement provisoire de la République:

¹⁸ PLANCHE, Jean Louis, Setif 1945, histoire d'un massacre annoncé , Perrin, Paris 2006

Le ministre de l'intérieur,

ANDRE LE TROQUER

Le ministre de la France d'outre-mer,

MARIUS MOUTET¹⁹

Uma dessas pessoas que foram convocadas para participar foi Amidou Lamine Guèye, um advogado e político senegalês, um dos 2 representantes eleitos para representar o Senegal.

Ele luta para a criação da lei que posteriormente iria herdar seu nome, uma lei que propõe a quebra da distinção entre súdito e cidadão. Permitindo o acesso ao direito de voto e da representação nas decisões que eram tomadas, tanto por meio de representantes para enviar e votar em projetos de lei

Nesse contexto de revoltas contra a metrópole, a Assembleia Nacional constituinte se reuniu para criar uma nova constituição para a França. O procedimento em que as autoridades francesas afirmaram que iriam cumprir as promessas feitas aos colonizados que auxiliaram na batalha contra o eixo, também foi o momento de avanço das ideias nacionalistas na Argélia. Como podemos perceber no seguinte trecho:

Em 1946 aconteceu a promulgação de uma nova Constituição na França, permitiu-se a representação das colônias no Parlamento. No mesmo ano, Ferhat Abbas constituiu a União Democrática do Manifesto Argelino com o objetivo de participar dos espaços políticos para eleger o maior número de representantes para o parlamento local e francês²⁰

Permitindo a participação de membros dos territórios ultramarinos nas decisões e votações, essa colaboração entre membros da metrópole e das colônias era o produto das mudanças que a França tinha passado durante a Segunda Guerra Mundial. Tendo sido o único país Aliado que foi sucessivamente conquistado e invadido, eles não queriam ser vistos como uma força ocupante nos territórios das colônias.

¹⁹ Assembleia constituinte da França, lei de número 46-940, de 7 de maio de 1946

²⁰ SAMPAIO, Thiago Henrique Argélia e a questão colonial: interpretações sobre o colonialismo. CLIO: Revista de Pesquisa Histórica - CLIO (Recife. Online), ISSN: 2525-5649, n. 37, p. 132-154, Jan-Jun, 2019
< <http://dx.doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2019.37.1.02>> p.135

Para além de um desejo de melhorar a sua própria imagem, os franceses se viam obrigados a cumprir os acordos que foram estabelecidos na Conferência de Brazzaville e garantir os direitos aos colonizados.

2.6 Momentos posteriores a criação da Lei

O Estatuto da Argélia foi prolongado em 1947, este estabelecia uma administração autônoma com representação parlamentar junto a Assembleia Francesa que continuava sendo o local de tomada de decisões políticas, as funções dessa nova instituição são exemplificadas conforme o trecho a seguir:

“A Argélia ficaria sobre a administração de um governador geral e por uma assembleia eleita por colégio eleitoral composto de franceses e muçulmanos, com o mesmo número de deputados e senadores no parlamento francês”²¹. O texto do estatuto não fala ou debate a questão da independência.

3 Formação da identidade nacional da Argélia

3.1 Identificando o processo de construção de uma comunidade imaginada

Benedict Anderson²² se propõe no seu livro *“Comunidades Imaginadas”*²³, como a maioria dos seus trabalhos acadêmicos, estudar e definir de forma clara o que define o termo nacionalismo.

Para o autor, a nação não é natural, porém ela é tem um papel reconfortante emocionalmente, ou como ele mesmo descreve nesse trecho: “mais que inventadas, as nações são imaginadas, no sentido de que fazem sentido para a alma e constituem objetos de desejos e projeções”²⁴

Portanto ele decide se concentrar seus estudos em o que ele define como uma oposição as ideias mais proeminentes de seus contemporâneos quanto o assunto é movimentos nacionalistas. Para fazer isso ele se concentra nesses novos estudos

²¹ SAMPAIO, Thiago Henrique Argélia e a questão colonial: interpretações sobre o colonialismo. CLIO: Revista de Pesquisa Histórica - CLIO (Recife. Online), ISSN: 2525-5649, n. 37, p. 132-154, Jan-Jun, 2019 < <http://dx.doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2019.37.1.02> > p.135-136

²² Estudou em Cambridge e Cornell, onde passou a lecionar no Centro de Estudos Internacionais.

²³ Publicada em inglês originalmente em 1983

²⁴ ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.10

voltados para o processo cultural presente na formação de nações, o que era uma via que não era muito explorado por autores anteriores, além disso ele utilizou um dos seus interesses acadêmicos anteriores a relação presente entre a linguagem e o poder para tentar aprofundar suas teses sobre a história cultural.

Partindo dessas teorias o autor começa a analisar o processo de formação histórica dessas comunidades e a transformações que elas sofreram ao longo do tempo, tentando entender o processo que levou a associação emocional que esse conceito formou nas pessoas que fazem parte dessa comunidade. Portanto ele compreende que essas comunidades são dentro de um ponto de vista antropológico: “uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana”²⁵

O autor estuda como eventos históricos culminaram no surgimento da ideia de nação a partir do final do Século XVIII: a criação do capitalismo editorial, auxiliou na divulgação da ideia de identidade nacional o que possibilitou a formação de uma ideia única de nação que ajudou no processo de construção de um grupo social que possuía e mantinha um senso de cultura em comum, a reforma protestante que também foi essencial na criação de um novo mercado de leitores que permitiram que essas ideias se expandissem

A razão da proibição, mas também da sua inaplicabilidade, era que, naquela época, as fronteiras orientais do reino estavam cercadas de cidades e estados protestantes, produzindo uma quantidade maciça de material impresso que podia ser contrabandeado... A aliança entre o protestantismo e o capitalismo editorial, explorando edições populares e baratas, logo criou novos e vasto públicos leitores²⁶

Ele afirma que a mudança do caráter no uso das línguas sacras serve em parte para explicar a origem e o sucesso da ideia de nação, já que as verdades antológicas que por exemplo: o latim revela tem um limite que pode ser ultrapassado pelo uso escrito das línguas não sacras: como o inglês ou o francês e, portanto, o conceito de uma comunidade imaginada baseada na cristandade se perde. O processo mais importante para Benedict Anderson é o processo de nacionalismo linguístico em que

²⁵ ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.32

²⁶ ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.75

a língua escrita e falada acaba sendo unificadas e dado um papel oficial que contradiz a linguagem sacra.

Outro fator importante que o autor atribui ao sucesso da ideia de nação é o processo do advento de novas formas de centralizar o poder administrativo em mãos controladas da população.

3.2 Processos de tentativa de assimilação da elite argelina

O começo do processo de colonização demonstra que houve uma tentativa de assimilar as elites locais, neste sentido houve uma aliança entre mulçumanos e franceses que muitas vezes contradizia os esforços de subjugação que o governo da metrópole tentava instaurar para os colonizados que não faziam parte desse seletivo grupo de privilegiados.

Quanto mais ocorria a expansão do processo de colonização, maior era o esforço de criar uma aliança entre representantes de interesse da metrópole e elites locais. Esse mulçumanos que detinham alguma forma de influência com os colonizadores, demandavam cada vez mais representação política e a capacidade, mesmo que limitada, para se auto representar.

Tendo em vista esse movimento, em 1898 é promulgada a autonomia administrativa e financeira da colônia e é fundada uma Assembleia eleita feita de mulçumanos e cidadãos franceses. Apesar de na prática ter outro significado.

[...]tratava-se da criação, entre os portadores de cidadania francesa, das chamadas delegações financeiras, eleitas para cuidar desse assunto na colônia, e da consolidação do Conselho Superior da Argélia, cujos eleitos detinham o controle administrativo colonial.²⁷

A transição de um modelo econômico agrícola para um capitalista que era submisso aos interesses estrangeiros, fez com que diferentes camadas sociais fossem desenvolvidas na Argélia: profissionais liberais, pequenos comerciantes e agricultores que possuíam pequenas e médias terras para realizar os seus cultivos.

Os responsáveis pelas decisões que eram tomadas na colônia acabavam fazendo um apelo para essas classes para tentar atenuar as primeiras tendências nacionalistas

²⁷ YAZBEK, Mustafa A revolução Argelina. 1.ed. São Paulo: Editora UNESP,2008, p.27

que estavam sendo criadas no país, mas apesar dessas classes auxiliarem na diminuição de tensões e conflitos entre a metrópole e movimentos nacionalistas nascentes elas serviram de berços para militantes pela independência posteriores. Esses movimentos também tinham representantes de todas os principais grupos étnicos e/ou religiosos da Argélia: árabes, franco-argelinos e berberes.

Os movimentos nacionalistas, entendiam que eles teriam antecedência histórica na cultura e sociedade argelina associando a sua revolta com a resistência anticolonial promovida no século XIX por emir Abd El-Kadur, que conseguiu resistir por vinte anos e manteve uma região independente no oeste da Argélia por sete.

Precedentes para a explosão nacionalista que se seguiria não faltavam na história argelina. Como vimos anteriormente, o emir Abdel Kader, liderando o combate aos pioneiros colonialistas, resistira por duas décadas, chegando a manter de fato, por sete anos, uma região independente no oeste da Argélia. Durante todo o período de ocupação francesa, a resistência se fez sentir nas regiões montanhosas e nos desertos, onde árabes e berberes recusavam-se a qualquer tipo de submissão.²⁸

A França procurou de todas as formas a manter o controle por via legais e por meio da força, ou ambos. O ano de 1880 marca a abertura do chamado Código dos Indígenas que tem a função de punir os argelinos duramente sempre que eles não obedecessem às leis criadas pelos líderes administrativos da colônia, muitas vezes essas punições eram estabelecidas sem a abertura de julgamentos e sem levar em conta direitos que os colonizados possuíam.

A França recorreu a todas as formas possíveis de domínio para se impor: por meio de leis, ou do exercício da força, ou mesmo uma combinação de ambas, como em 1880, quando o chamado Código dos Indígenas permitiu a aplicação de duras sanções a todos que infringissem as leis coloniais. Não raro, as penalidades eram aplicadas sem que houvesse qualquer tipo de processo de caráter legal.²⁹

A expropriação do território próprio para o cultivo, um processo muito importante para a desestabilização da cultura argelina, e a abertura de novas oportunidades de emprego nos centros urbanos levou a um grande êxodo rural por parte da população nativa. Apesar da mão de ferro que era utilizada pelos administradores da colônia, o início do Século XIX foi um momento propício para o desenvolvimento econômico e a

²⁸ YAZBEK, Mustafa A revolução Argelina. 1.ed. São Paulo: Editora UNESP,2008, p.28

²⁹ YAZBEK, Mustafa A revolução Argelina. 1.ed. São Paulo: Editora UNESP,2008, p.28

diversificação da Argélia, esse período foi marcado pelo aparecimento de sinais de industrialização motivados pelo surgimento das empresas mineradoras.

Esses fatores permitiram que, dentro do limite da condição de colonizado, determinados argelinos conseguissem ascender socialmente. Apesar disso as maiores cidades ainda eram ocupadas em sua maioria por europeus e seus descendentes e os argelinos eram obrigados a viver em periferias dessas grandes cidades.

A população europeia no país aumentava, passando de duzentos mil em 1860 para 750 mil em 1911, o equivalente a 13% do total local. Os nativos eram agora 4,74 milhões de pessoas. Em cidades grandes como Argel e Oran, os europeus e seus descendentes chegavam a três quartos do número total de habitantes. Nessa época, a população muçulmana em favelas da região metropolitana de Argel chegava a quase cinco mil pessoas.

3.3 Criação do movimento nacionalista argelino

Durante o período entreguerras houve uma melhoria considerável das condições econômicas de umas faixas específicas da população indígena argelina, essas melhores condições se reverteram na possibilidade de enviar jovens dessas faixas para realizar e completar a sua formação em instituições de educação superior da metrópole.

Essa transformação permitiu que uma faixa de argelinos tivesse melhores condições econômicas. Estudantes conseguiam completar sua formação na metrópole e, uma vez ali, era inevitável que fossem influenciados pela efervescência de ideias, o que teria um papel de destaque no desenvolvimento da consciência nacionalista. Na verdade, as primeiras reivindicações nacionalistas se dirigiam à assimilação[...]³⁰

Esse envio de suas proles para esses locais de aprendizagem permitiu que estes estudantes entrassem em contato com ideias que os moveram a construir planos nacionalistas e um entendimento melhor sobre a sua identidade nacional. Alguns desses jovens ao entrar em contato com outros membros da diáspora de outras colônias francesas localizadas no norte da África, esse encontro na metrópole de elites letradas do mundo coloniais serviu para levar as propostas e demandas dos futuros líderes nos conflitos por independência que se movimentam além do ideal de assimilação da Argélia com a França.

³⁰ YAZBEK, Mustafa A revolução Argelina. 1.ed. São Paulo: Editora UNESP,2008, p.29

Foi em Paris que estudantes do Maghreb fundaram, em 1926, a primeira organização política que tinha a independência como meta: a Estrela Norte-Africana (ENA). Nesse contexto, surgiram as primeiras organizações nacionalistas ou protonacionalistas argelinas.

Esses jovens vão lançar partidos políticos e manifestos que irão ser fortemente reprimido pelas autoridades francesas. Como a ENA (Estrela Norte-Africana), fundada em 1926, cujo o objetivo é auxiliar trabalhadores de todo o Magreb a se organizarem. A organização foi liderada por Messali Hadj que posteriormente iria fundar o PPA, porém os agentes do Estado francês se movimentam para reprimir e fechar a ENA. O que motivou a formação de novas instituições que seriam fechadas logo depois como o autor explica no seguinte trecho sobre essa jornada política de criação de instituições políticas: “Surgiria então em seguida, em 1935, a União dos Muçulmanos Norte-Africanos (UMNA), organizada por Messali Hadj e posta na ilegalidade pouco tempo depois”

O papel da religião muçumana de vertente sunita, algo em comum a maioria da população argelina, foi essencial para a propagação das ideias nacionalistas para a maioria da população do país. A utilização política das tradições islâmicas, a conexão que essas tradições possuem com o passado da nação e os valores que esse passado desperta nas pessoas se torna muito importante para as ideias de rompimento entre a população nativa e a dos colonizadores. Colonizadores estes que inúmeras vezes se colocavam com um empecilho à pratica dessas tradições islâmicas em nome de um ideal cosmopolita e secular.

Tal lema interpretava o mundo baseado no Alcorão, livro sagrado dos muçulmanos, e também seguia outros documentos básicos da fé, como a sunna – caminho, tradição –, que reúne as determinações sagradas do profeta Maomé, guia e legislador. A sunna faz com que os fiéis sigam determinadas normas quando se aplica a lei ou quando se crê na verdade. Ela contém os hadith, os ditos do Profeta, ensinamentos recolhidos de sua própria existência³¹

Alguns dos argelinos envolvidos nos movimentos nacionalistas querem acabar com as barreiras que separam escolas e seitas religiosas, demonstrando mais uma vez a rejeição ao secularismo que define a identidade nacional dos colonizadores desde a Revolução Francesa até agora.

Ao lutar pelo fim das barreiras entre seitas religiosas e escolas, os argelinos criaram instituições não governamentais de ensino em árabe e trabalharam

³¹ YAZBEK, Mustafa A revolução Argelina. 1.ed. São Paulo: Editora UNESP,2008, p. 32

para a libertação das instituições islâmicas do controle do Estado francês. Os religiosos se envolveram na vida política do país com a exigência nacionalista de que os muçulmanos tivessem direitos iguais dentro do sistema francês sem ter de abrir mão de suas leis distintas e de sua moralidade social.³²

Eles criaram instituições não governamentais que ensinavam as suas classes na linguagem árabe, retomando o ensino oficial da língua em direta contradição ao modelo oficial francês que demandava que a língua da metrópole deveria ser ensinada e também buscaram romper o controle que o Estado francês tinha sobre importantes entidades mulçumanas. Religiosos entraram na vida política com o intuito de demandar direitos iguais aos dos franceses, sem para que isso eles tivessem que abrir mão dos seus dogmas e práticas religiosas.

O senso de identidade nacional argelina é reforçado com esses encontros entre religião e política, já que esses momentos serviam para criar um senso de unidade nacional e conseguiam criar algumas instituições em paralelo à aquelas criadas pela metrópole. Apesar disso as ideias de assimilação ainda não foram desmanteladas completamente do discurso político argelino.

[...] Paralelamente, reforçavam a importância da personalidade nacional. A população muçulmana não era da França, não poderia ser da França e não queria ser da França, insistiam muitos líderes, como o xeque Mohammed Ben Badis. Entretanto, na Argel de 1939, comemoravam-se nas ruas os 150 anos da Revolução Francesa: jovens árabes desfilavam vestidos com o traje dos sans-culottes ou com uma coroa tricolor na testa.³³

O Manifesto do Povo Argelino ainda demonstra esse momento de transição entre estratégias políticas, tendo em vista que muitos dos seus escritores se demonstravam abertos a possibilidade de se associarem a França através de uma formação de uma nova confederação. Depois da escrita desse manifesto houve a inauguração de dois grupos políticos que tinham sua ideologia derivada das propostas presentes no manifesto: a União Democrática do Manifesto Argelino (UDMA) e a Associação Amigos do Manifesto e da Liberdade (AML)

O povo argelino demonstrava um descontentamento com os colonizadores pela falta de liberdade e auto determinação, que lhes era permitido possuir em relação as suas vidas e atividades políticas. Mesmo durante a Segunda Guerra Mundial essa realidade não muda, somente lhe são fornecidas melhorias escarças nas suas condições de

³² YAZBEK, Mustafa A revolução Argelina. 1.ed. São Paulo: Editora UNESP,2008, p. 32

³³ YAZBEK, Mustafa A revolução Argelina. 1.ed. São Paulo: Editora UNESP,2008, p.32

vida: “Pouca coisa se alteraria nesse aspecto se o governo francês se limitasse apenas a abolir certas limitações, ampliando o número de eleitores.”³⁴

Esse descontentamento ainda não se traduzia em desejo por independência em todos os argelinos, uma parte da população ainda desejava alcançar medidas conciliadoras e tentar manter uma unidade com a França. Esses grupos que ainda desejavam manter essa unidade, procuravam reformar as relações franco-argelinas, queriam: “[...] uma nação onde se formasse uma república autônoma federada em vez de uma república francesa renovada”³⁵.

Esse ideal conciliador foi adotado muito tarde pelas autoridades francesas, em um momento que só serviria para tentar atrasar o conflito armado e não funcionava como uma real alternativa, ou como Yazbek descreve no seu livro: “Uma fórmula conciliadora que o colonialismo francês relutou em adotar e que só resultaria, ao que tudo indicava, em adiamento do confronto que já se delineava.”³⁶

A mudança de momento pode demonstrar, que apesar de que determinados argelinos terem conseguido alcançar um status similar a uma pequena burguesia vindo das diversificações e a presença da indústria devido a mineração, descoberta de gases naturais e petróleo e o grande êxodo rural que ocorreram anteriormente, a maioria da população árabe passou por um processo de piora das condições de vida durante a colonização. Essa piora demonstra que as demandas por assimilação, que a elite letrada colonial muitas vezes fazia se torna ultrapassada, já que elas não são por necessidades capazes de responder as necessidades da maioria dos argelinos que sofreram bastante com a mão de ferro dos colonizadores

4 A colonização e a desestabilização da Argélia

4.1 Sartre e a colonização

Jean-Paul Sartre³⁷ depois da Segunda Guerra Mundial se tornava um representante em destaque de uma esquerda contrária ao imperialismo e a exploração do chamado

³⁴ YAZBEK, Mustafa A revolução Argelina. 1.ed. São Paulo: Editora UNESP,2008, p.35

³⁵ YAZBEK, Mustafa A revolução Argelina. 1.ed. São Paulo: Editora UNESP,2008, p.36

³⁶ YAZBEK, Mustafa A revolução Argelina. 1.ed. São Paulo: Editora UNESP,2008, p.36

³⁷ Um filósofo, escritor e dramaturgo francês contemporâneo. Considerado como um dos principais pensadores existencialistas

“Terceiro Mundo”, ele se posicionou contrário a dominação francesa na Argélia e entendia esse processo como uma falha moral, como podemos notar no seguinte trecho: “Ninguém ignora hoje que arruinamos, matamos de fome, massacrados um povo de pobres, para que ele caísse de joelhos. Ele permaneceu de pé”³⁸. O filósofo também acabou destacando três fatores principais para interpretar os problemas derivados da colonização francesa na região.

O fator econômico em que a falta de investimento e a exploração das terras colonizadas por parte da metrópole atrapalhou o desenvolvimento do povo argelino e levou a condições de vida não dignas. O segundo fator é o social em que as políticas segregacionistas, que segundo o autor, possuíam o intuito de impedir a ascensão social da maioria árabe da Argélia. O terceiro é o fator psicológico, por causa da maneira desumana que os colonizados eram tratados, já que algumas medidas necessárias para a manutenção do domínio francês envolviam tratar os árabes como um pouco menos que homens e um pouco mais que bestas, o que segundo o autor levava os árabes a desenvolver um complexo de inferioridade em relação ao colonizador.

Segundo Sartre, uma importante estratégia inicial na hora da construção do domínio francês foi o enfraquecimento das instituições sociais e grupos presentes anteriormente a sua chegada na Argélia. Esse enfraquecimento provém da aplicação do código civil francês na população mulçumana.

Os ataques a essas instituições causam o aumento na tomada das áreas cultiváveis da população local, segundo o autor os colonos tinham 11.500 hectares em 1850 e um século depois o total foi para 2.703.000. Ele também tem uma explicação para as consequências que aconteceram quando ocorreu essas transferências de terras e o impacto que elas tiveram na condição de vida dos colonos o que ele descreve de forma bastante sucinta no trecho que vem a seguir do mesmo texto anteriormente citado: “O Estado francês entrega a terra árabe aos colonos para criar-lhes um poder

³⁸ SARTRE, Jean-Paul. Colonialismo e Neocolonialismo (Situações V). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968, p.131

de compra que permita aos industriais metropolitanos vender-lhes seus produtos, os colonos vendem aos mercados da metrópole os frutos da terra roubada”³⁹

Esse processo leva, de acordo com o autor, a destruição das estruturas socioculturais, já que esses se transformaram de donos da terra e dos meios de produção agrícola em trabalhadores que serviam aos interesses dos capitalistas vindo da metrópole.

Primeiramente porque suprimias as forças de resistência e substituía as forças coletivas por uma poeira de indivíduos, em seguida, por que criava a mão de obra (pelo menos enquanto a cultura não estava mecanizada), esta mão de obra somente permite compensar as despesas do transporte, ela só preserva as margens beneficiárias das empresas coloniais em face de economias metropolitanas, cujo custo de produção não cessa de baixar. Desse modo a colonização transformou a população argelina num imenso proletariado agrícola. Puderam dizer dos argelinos: são os mesmos homens de 1830 e que trabalham nas mesmas terras, simplesmente, em lugar de possuí-las, eles são escravos daqueles que as possuem⁴⁰

O autor propõe que o envio de trabalhadores rurais para colonizar a Argélia revela uma falta de ideias por parte do Estado francês que não sabia o que fazer com o novo território que eles tinham conquistado, então o envio de camponeses da metrópole é causado por uma tentativa de “espalhar sobre a África os excessos dos países europeus”⁴¹

Outro efeito danoso dessa medida de tomada de terras, foi a diminuição gradual da área que era utilizada para plantar cereais para suprir a fome dos argelinos entre 1871 (cinco quintais) até 1945 (dois quintais). Uma grande parte desse território foi tomado para expandir a viticultura que era produzida no local para suprir a demanda de vinho da França.

Os argelinos começaram um processo de migração para a metrópole, produto da falta de condições de sobrevivência depois desses procedimentos de tomadas de terra. Sartre acredita que havia uma certa lógica proveniente do sistema colonial nessa destituição dos nativos.

Nada mostra melhor o rigor crescente do sistema colonial: começam por ocupar o país, depois tomam as terras e exploram os antigos proprietários com tarifas de fome. E depois, com a mecanização, essa mão de obra torna-

³⁹ SARTRE, Jean-Paul. Colonialismo e Neocolonialismo (Situações V). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968, p.27

⁴⁰ SARTRE, Jean-Paul. Colonialismo e Neocolonialismo (Situações V). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968, p.28

⁴¹ SARTRE, Jean-Paul. Colonialismo e Neocolonialismo (Situações V). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968, p.23

se ainda mais cara; acabam por tirar aos indígenas até o direito de trabalhar. O argelino em sua casa, num país em plena prosperidade, tem apenas que morrer de fome⁴²

A língua foi um importante instrumento para a dominação da metrópole na região. A limitação do uso do árabe e a imposição do francês serviria, segundo Sartre, para tentar controlar uma possível unificação cultural necessária para o avanço dos planos dos movimentos nacionalistas, o que poderia auxiliar em revoltas e outros conflitos na região.

Isto entra necessariamente no sistema colonialista, que tenta barrar a estrada da história dos colonizados, como as reivindicações nacionais, na Europa são sempre apoiadas na unidade da língua, negaram aos muçulmanos o uso da própria língua. Desde 1830, a língua árabe foi considerada na Argélia como uma língua estrangeira, falam-se ainda, mas ela não é língua escrita, senão eventualmente⁴³

O racismo se torna extremamente necessário para definir a ordem social estratificada necessária para a exploração colonial. Ele é uma reflexão da desumanização presente na dominação colonial.

O racismo já está aí, levado pela práxis colonialista engendrado a cada minuto pelo aparelho colonial mantido por essas relações de produção que definem duas espécies de indivíduos: para uns, o privilégio e a humanidade não são senão, eles se tornam homens pelo livre exercícios de seus direitos; para outra, a ausência de direitos sanciona sua miséria, sua fome crônica, sua ignorância, enfim sua sub-humanidade⁴⁴

Outros aspectos necessários para manter essa desumanização era o terror, de ameaças e punições físicas, e a exploração da população. Então para o autor era impossível do colonizador separar a sua visão deturbada do colonizado, já que este aspecto da estrutura era essencial para a sua dupla identidade: habitantes da colônia e cidadão da metrópole

Sartre no prefácio que escreveu para acompanhar o livro “*os condenados da terra*” afirma que a colonização atingia todos os aspectos da vida dos colonizados, a língua materna devia ser substituída pela da metrópole. As tradições deveriam ser abandonadas em troca daquelas que os colonizadores aprovavam.

⁴² SARTRE, Jean-Paul. Colonialismo e Neocolonialismo (Situações V). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968, p.31

⁴³ SARTRE, Jean-Paul. Colonialismo e Neocolonialismo (Situações V). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968, p.33

⁴⁴ SARTRE, Jean-Paul. Colonialismo e Neocolonialismo (Situações V). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968, p.34

4.2 Fanon e a visão psicológica do colonialismo

Frantz Fanon⁴⁵ em seu texto mais famoso: "*Peles negras, máscaras brancas*"⁴⁶ discute os problemas que o processo de colonização e o racismo acaba gerando no subconsciente de ambos os colonizadores e os colonizados mostrando como esses problemas eram instrumentos necessários para o processo de exploração colonial. Fanon se muda para Argélia em 1953 para atuar como psiquiatra e estudar problemas enfrentados pela população local.

O médico acredita que o processo da luta anticolonial é violento, tanto no campo de guerra quanto em um nível conceitual. Como é possível perceber na frase que ele utiliza: "Libertação Nacional, renascimento nacional, restituição da nação ao povo, Commonwealth, quaisquer que sejam às rubricas utilizadas ou as novas fórmulas introduzidas, a descolonização é sempre um fenômeno violento"⁴⁷

O autor explica que o processo envolveria uma substituição entre "tipos de homem". O homem que foi colonizado não seria o mesmo ao passar pelo processo de libertação, já que as experiências violentas presentes no conflito que ele participou modificaram a sua existência. Além da modificação do homem colonizado, a sociedade e a cultura renasceriam em um novo modelo.

[...]a descolonização é simplesmente a substituição de uma "espécie" de homens por outra "espécie" de homens. Sem transição, há substituição total. Completa, absoluta. Sem dúvida poder-se-ia igualmente mostrar o aparecimento de uma nova nação, a instalação de um novo Estado, suas relações diplomáticas, sua orientação política, econômica⁴⁸

Para Fanon o que define o mundo da colonização é sua divisão inerente, o processo segregacionista presente na sociedade criada, em que os europeus tem diferentes instituições que somente eles têm acesso (hospitais, escolas, etc) e os nativos tem acesso a diferentes modelos dessas mesmas instituições.

A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a cidade negra, a Medina a reserva, é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados. Aí se nasce não importa onde, não' importa como. Morre-se não

⁴⁵ Psiquiatra, pensador político e militante nascido na Martinica

⁴⁶ Publicado originalmente em 1952

⁴⁷ FANON, Frantz. Os condenados da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979 p.25

⁴⁸ FANON, Frantz. Os condenados da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979 p.25

importa onde, não importa de quê. É um mundo sem intervalos, onde os homens estão uns sobre os outros, as casas umas sobre as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma cidade acocorada, uma cidade ajoelhada, uma cidade acuada.⁴⁹

Essa segregação acaba definindo essas áreas ocupadas por diferentes pessoas como sempre em conflito uma com as outras e não existe tentativa de conciliar as partes em oposição e criar uma forma de unidade política.

Apesar dessa divisão reforçar a ideia de que o local ocupado pelo colonizador ser extremamente nocivo e violento para com o colonizado, essa posição também acaba gerando inveja e o desejo de ocupar esse espaço é melhor exemplificado por Fanon no trecho a seguir: “o colonizado sonha sempre em se instalar no lugar do colono”⁵⁰

A brutalidade do mundo colonial acaba por destruir a ordem social que existia anteriormente ao início da colonização e substituiu ela por um modelo social de violência e exploração. Portanto Fanon é rápido no seu diagnóstico do que eles devem fazer assim que eles conseguiram se libertar dessa condição, desmanchar o mundo colonialista que existia. Essa ideia era mais do que um ideal, era um plano concreto econômico e social, que visava a negação de valores impostos neles por parte dos colonizadores.

A violência que presidiu ao arranjo do mundo colonial, que ritmou incansavelmente a destruição das formas sociais indígenas, que arrasou completamente os sistemas de referências da economia, os modos da aparência e do vestuário, será reivindicada e assumida pelo colonizado no momento em que, decidindo ser a história em atos" a massa colonizada se engolfar nas cidades interditas. Fazer explodir o mundo colonial é doravante uma imagem de: ação muito clara, muito compreensível e que pode ser retomada por cada um dos indivíduos que constituem o povo colonizado. Desmanchar o mundo colonial não significa que depois da abolição das fronteiras se vão abrir vias de passagem entre as duas zonas. Destruir o mundo colonial é, nem mais nem menos, abolir uma zona, enterrá-la profundamente no solo ou expulsá-la do território.⁵¹

Segundo Frantz Fanon, para perpetuar esses valores diferentes instituições (como as igrejas) acabam servindo não como um equalizador entre o colonizado e seu opressores, mas sim como um reforço desses valores importados de outra sociedade que acabam deixando as pessoas com um senso de inadequação, já que eles

⁴⁹ FANON, Frantz. Os condenados da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979 p.39

⁵⁰ FANON, Frantz. Os condenados da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979 p.39

⁵¹ FANON, Frantz. Os condenados da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979 p.40

supostamente não conseguem viver de acordo com esse ideal. Podemos entender essa opinião do autor no seguinte trecho:

A Igreja nas colônias é uma Igreja de Brancos, uma igreja de estrangeiros. Não chama o homem colonizado para a via de Deus, mas para a via do homem Branco, a via do patrão, a via do opressor. E como sabemos, nestes negócios são muita os chamados e poucos os escolhidos⁵²

Fanon afirma que a imposição desses valores vindos dos colonizadores é uma forma de reafirmar a sua visão da História. O processo de colonização passa a centralizar todos os acontecimentos em torno da narrativa histórica que privilegia a metrópole, essa narrativa propõe que tudo que acontece na colônia é um prolongamento das decisões e planos que foram desenvolvidos na França. A história que o colonizador conta sobre a Argélia é “...a história a de sua nação no território explorado”.⁵³

Fanon entende o racismo como um dos principais meios de manter a ordem colonial. O racismo se sustentava na suposta superioridade dos colonizadores, que eles justificavam na sua visão por meio da sua cultura e sua habilidade técnica.

[...]em que as realidades econômicas, as desigualdades, a enorme diferença dos modos de vida não logram nunca mascarar as realidades econômicas, as desigualdades, a enorme diferença, dos modos de vida não logram nunca mascarar as realidades humanas. Quando se observa em sua imediatidade o contexto colonial, verifica-se que o que retalha o mundo é antes de mais nada o fato de pertencer ou não a tal espécie, a tal raça. Nas colônias a infraestrutura econômica é igualmente uma superestrutura. A causa é consequência: o indivíduo é rico porque é branco, é branco porque é rico.⁵⁴

Entretanto o racismo tem que ser entendido como um processo anterior ao neocolonialismo, presente tanto na antiguidade por meio de piadas cruéis para com o continente; na idade média e o período das grandes navegações por meio de ideias erradas sobre a África que era entendida como um lar selvagem de monstros. Gislene Santos diz exatamente isso neste trecho: “o racismo é uma ideologia e, como tal, também foi concebido como uma estratégia de poder em acordo com as expectativas de uma determinada sociedade”⁵⁵.

⁵² FANON, Frantz. Os condenados da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979 p.31

⁵³ FANON, Frantz. Os condenados da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979 p.38

⁵⁴ FANON, Frantz. Os condenados da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979 p.29

⁵⁵ SANTOS, Gislene Aparecida dos. Selvagens, Exóticos, Demoníacos. Ideias e Imagens sobre uma Gente de Cor Preta. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 24, nº2, p.275-289, 2002, p.277.

O racismo desenvolvido pelos colonizadores possuía um falso teor científico que buscava demonstrar de maneira “secular”, a suposta inferioridade presente nos colonizados. Fanon entende que o racismo é a consequência do processo colonial mais sentida no cotidiano dos argelinos.

O General de Gaulle fala das ‘multidões amarelas’ e o Sr. Mauriac das massas negras, morenas e amarelas que dentro em pouco vão soltar as amarras... O colonizado sabe de tudo isso e dá uma gargalhada cada vez que aparece como animal nas palavras do outro. Pois sabe que não é um animal⁵⁶

Ele ressalta a importante relação que a cultura e o racismo possuem um com o outro e como esses conceitos acabam sendo definidos pela sua reciprocidade, principalmente nesse trecho: “se a cultura é o conjunto dos comportamentos motores mentais nascido do encontro do homem com a natureza e com seu semelhante, devemos dizer que o racismo é sem sombra de dúvida um elemento cultural”⁵⁷

4.3 Bourdieu e a desconstrução do colonialismo

Pierre Bourdieu⁵⁸ em seus textos sobre a temática do colonialismo, questiona como a Argélia sofreu uma passagem de uma economia tradicional para uma de mercado e qual impacto essa modificação acabou tendo na vida dos colonizados. Além disso ele também estudava as relações possíveis entre a estrutura econômica colonial e a estrutura simbólica e social dessa mesma sociedade.

Ele entende que a região serviria como importante laboratório social para seus estudos etnográficos.

Bajo la colonización francesa, la introducción brutal de principios económicos extraños en todos los sentidos del término (destrucción rápida de un modo de producción agrario y de los lazos de solidaridad tradicionales que lo acompañan, precariedad económica e social, desarraigo geográfico y cultural) hacía de la sociedad argelina de la época un terreno de observación sociológica particularmente rico⁵⁹

⁵⁶ FANON, Frantz. Os condenados da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979 p.32

⁵⁷ FANON, Frantz. Em defesa da revolução africana. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1980, p. 35

⁵⁸ Filósofo de formação, porém mais conhecido pelas suas contribuições para os campos da sociologia e antropologia

⁵⁹ BOURDIEU, Pierre. Argelia: imágenes del desarraigo. Madrid: Centro de Estudios Mexicanos y Centro Americanos, 2008, p.20

Bourdieu acreditava que a Argélia teria passado por um processo de degradação cultural que seria decorrente da colonização francesa. Assim para o autor as estruturas e os pilares tradicionais da sociedade pré-colonial teriam se destruído durante a transição entre diferentes modos de estrutura social e de produção econômica, um modelo tradicional para um modelo baseado na agricultura de exportação.

Os seus estudos apontam primeiramente as consequências da expropriação de terras para as lideranças locais, esses chefes acabaram tendo que lutar pelos recursos que se tornaram mais limitados. Essa quebra dos sistemas de relações diplomáticas tradicionais foi aproveitada pelas forças da metrópole, que decidiu utilizar essas desavenças para expandir sua influência colonial sobre o local. Bourdieu explicou o funcionamento da sociedade colonial.

La sociedad colonial es un sistema del que es importante comprender la lógica y la necesidad internas, pres constituye el contexto de referencia en el que toman sentido todos los comportamientos y, en particular, las relaciones entre las dos comunidades étnicas. A las transformaciones que inevitablemente resultan del contacto entre dos civilizaciones profundamente diferentes tanto en el ámbito económico como em el ámbito social, la colonización añade unos cambios radicales provocados consciente y metódicamente para asegurar la autoridad de la potencia dominante y los intereses económicos de sus residentes. Así, las grandes leyes territoriales, esencialmente el Acantonamiento, el Senatus Consulte de 1863 y la Ley Warnier de 1873, han sido concebidos por sus propios promotores com instrumentos de desintegración de las estructuras fundamentales de la economía y de la sociedad⁶⁰

Bourdieu identifica que durante o processo de colonização, especificamente a tomada das terras por parte dos colonos, a agricultura voltada para suprir as necessidades da metrópole e dos colonos avançou e enquanto isso a agricultura que existia para a subsistência da população árabe local recuou.

Reforçando a ideia da tomada das terras como algo que quebra e desorganiza o modelo de vida que os colonizados experienciavam anteriormente, já que estes perderam um dos principais meios de manter componentes da sua cultura tradicional viva.

⁶⁰ BOURDIEU, Pierre. Antropología de Argelia. Madrid:Editorial Universitaria Ramón Areces, 2007, p. 142.

Os mecanismos de segregação criados durante o processo de colonização, separavam cada vez mais os europeus e os argelinos. Os colonizadores viviam em pequenas enclaves no meio das principais cidades do país, isso permitia que eles permanecessem separados e ignorantes da realidade da população árabe e os sofrimentos que o sistema colonial trazia para essa gente.

Para o autor existia um sistema de alta estratificação social na Argélia colonizada, fazendo com que existisse duas comunidades que as vezes se cruzavam, porém a maioria das vezes permaneciam paralelas uma as outras.

O racismo inerente no processo de dominação presente no neocolonialismo francês foi utilizado para justificar e racionalizar o processo de dominação da população árabe. O racismo naturalizava a ordem da sociedade colonial.

5 Considerações Finais

Esse trabalho demonstra que a lei Lamine Guèye representa mais um capítulo na longa e complicada relação entre a França e suas colônias do Magreb, especificamente para a Argélia. Ela representa um resultado de esforços políticos de diferentes grupos, com diferentes ambições

Demonstrando o embate e as vezes alianças entre na esfera legal entre os movimentos nacionalistas e a pequena elite colonial que de certa forma se beneficiou da estrutura colocada pela metrópole, já que esses dois grupos durante algum tempo procuraram alcançar seus objetivos pelos meios representativos: seja para desenvolver uma reforma do sistema colonial e uma nova república federativa argelina-francesa, ou para dar continuidade as suas ambições nacionalistas.

A lei também não conseguiu lidar com os anos de ressentimento criado pelas medidas anti-islâmicas que as autoridades francesas utilizaram contra a população indígena argelina: fosse a negação de direitos para aqueles que decidiram continuar professando sua fé nos ensinamentos do alcorão, ou a destituição do árabe como a língua oficial do país, ou a tentativa de se livrar das redes de solidariedade desenvolvida entre diferentes membros do país para tentar transformar a economia e sociedade do país em próprias para funcionar como um país capitalista que existia para suprir os desejos do colonizadores. Esse fator foi essencial para a criação da identidade nacional local, já que partidos e outras formas de organização da luta anticolonial utilizavam e/ou buscavam essas instituições como um fator unificador para diferentes membros do país.

6 Conclusão

A lei não consegue impedir o processo da Guerra da Argélia, pois ela é insuficiente para tratar as questões sistemáticas que foram construídas durante o processo de colonização da França na Argélia: os conflitos religiosos, a desigualdade social, a clara tentativa de criar uma sociedade segregacionista baseada e justificada através do racismo e da intolerância religiosa e a propagação de ideias anticoloniais que alcançaram os jovens da elite letrada da sociedade colonial

Referências bibliográficas:

Boahen, A. Adu (Coord.). **História geral da África**. São Paulo: Ed. Ática/ UNESCO, 1991. Volume 7 – A África sob dominação colonial, 1880-1935. Acesso em 24 de abril de 2020. Acesso em 28 de agosto de 2020 <http://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/hist_geral_7_0.pdf>

BOURDIEU, Pierre. **Antropología de Argelia**. Madrid:Editorial Universitaria Ramón Areces, 2007

Craven, Matthew (2015), “Between Law and History: The Berlin Conference of 1884-1885 and the Logic of Free Trade”, *London Review of International Law*, número 3. P.31-59.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979

FANON, Frantz. **Em defesa da revolução africana**. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1980,

MURACCIOLE, Jean-François La conférence de Brazzaville et la décolonisation : le mythe et la réalité, *Espoir* n°152, juin 2017. Disponível em: <<https://www.charles-de-gaulle.org/wp-content/uploads/2017/10/La-conference-de-Brazzaville-et-la-decolonisation.pdf>>

Planche, Jean Louis, Setif 1945, histoire d'un massacre annoncé , Perrin, Paris 2006

POCHMANN, Marcio. Capitalismo e desenvolvimento. In: **Brasil sem industrialização: a herança renunciada** [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016, pp. 16-64. < <http://books.scielo.org/id/yjzmz/pdf/pochmann-9788577982165-02.pdf>>

SAMPAIO, Thiago Henrique **Argélia e a questão colonial**: interpretações sobre o colonialismo. *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica - CLIO (Recife. Online)*, ISSN: 2525-5649, n. 37, p. 132-154, Jan-Jun, 2019 < <http://dx.doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2019.37.1.02>>

SANTOS, Gislene Aparecida dos. Selvagens, Exóticos, Demoníacos. Ideias e Imagens sobre uma Gente de Cor Preta. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 24, n°2, p.275-289, 2002

SARTRE, Jean-Paul. **Colonialismo e Neocolonialismo** (Situações V). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968

Smith Dan: **O Atlas do Oriente médio**. Editoria Publifolha. São Paulo, 2008 2 ed

Uzoigwe, Godfrey N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral In: Boahen, A. Adu (Coord.). **História geral da África: Volume 7 – A África sob dominação colonial, 1880-1935**. P.21-50. São Paulo: Ed. Ática/ UNESCO, 1991

Vétillard, Roger, Setif. Mai 1945. Massacres em Algérie , éd. de Paris, 2008

YAZBEK, Mustafa **A revolução Argelina**. 1.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2008